



PREGÕES SML <pregoes.sml@gmail.com>

RECURSO -PE 188/2023 - LIMPEZA HOSPITALAR

1 mensagem

PREGÕES SML <pregoes.sml@gmail.com>
Para: ATESP SML <atespsml@gmail.com>

5 de fevereiro de 2024 às 11:07

Senhor Assessor Contábil,
Bom dia.

Tendo em vista recursos impetrados pela empresa **MULTI SERVICE TERCEIRIZACAO LTDA** face à decisão de inabilitação e **ARAUNA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA** face à aceitação e habilitação da empresa KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS no Pregão Eletrônico n.188/2023/SML - Processo: 00600-00011534/2023-98-e - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA HOSPITALAR, LABORATORIAL E AMBULATORIAL (LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES E MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS DO TIPO A, D E E), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, QUALIFICADA, HABILITADA, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS, UTENSÍLIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA ATENDER AS UNIDADES ASSISTENCIAIS E DE MAIS DEPENDÊNCIAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA;

Considerando que no julgamento da proposta e habilitação a pregoeira baseou-se na análise técnica dessa Assessoria Contábil/SML, encaminho as razões de recursos para apreciação e manifestação quanto à procedência do alegado no que diz respeito aos pontos analisados por essa ATESP/SML.

Informo ainda que encontra-se em curso o prazo para apresentação e contrarrazões, até 07.02.2024. Tão logo seja recebida, também será enviada a essa ATESP/SML.

Att,
Luciete Pimenta
Pregoeira-SML

2 anexos



RECURSO MULTISERVICE.pdf
1295K



RECURSO- ARAUNA.pdf
419K



PREGÕES SML <pregoes.sml@gmail.com>

Contrarrazões ao(s) Recurso(s) Administrativo(s) - Pregão Eletrônico nº 188/2023/SML/PVH

PREGÕES SML <pregoes.sml@gmail.com>
Para: ATESP SML <atespsml@gmail.com>

7 de fevereiro de 2024 às 09:47

Senhor Assessor,
Bom dia.







Encaminho a contrarrazões apresentada pela empresa **KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS** face aos recursos interpostos por ARAUNA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS e MULTI SERVICE TERCEIRIZAÇÃO no Pregão Eletrônico n.188/2023.

Ressalto que as razões de recurso já foram encaminhadas a essa Assessoria Especializada/SML.

Att,
Luciete Pimenta
Pregoeira-SML
[Texto das mensagens anteriores oculto]

21 anexos

-  **anexo 02 - certidao-chofl4ZhjUKh9Uw-04022024-171632 - Arauna - pcd's.pdf**
158K
-  **anexo 01 - certidao-waLBCuuzF7bbvgz-04022024-171722 - arauna - jovem aprendiz.pdf**
158K
-  **anexo 04 - consulta optante do simples nacional empresa multi service.pdf**
144K
-  **anexo 03 - cartao de cnpj multi service.pdf**
249K
-  **anexo 05 - consulta optante do simples nacional RECH E SILVA - ADVOGADOS ASSOCIADOS.pdf**
144K
-  **anexo 08 - certidao fazenda municipal seringueiras - ro.pdf**
60K
-  **Contra Razoes Kapital - Pregao 188-2023 - aos recursos - Arauna e Multi Service.pdf**
1931K
-  **anexo 07 - quadro societario empresa rech e silva.pdf**
149K
-  **anexo 09 - certidao fazenda municipal costa marques - ro.pdf**
599K
-  **anexo 10 - certidao fazenda municipal castanheiras - ro.pdf**
21K
-  **anexo 11 - certidao fazenda municipal urupa - ro.pdf**
43K
-  **anexo 12 - certidao fazenda municipal presidente medici - ro.pdf**
17K
-  **anexo 14 - certidao fazenda municipal teixeirapolis - ro.pdf**
596K
-  **anexo 13 - certidao fazenda municipal alvorada do oeste - ro.pdf**
597K
-  **anexo 16 - certidao fazenda municipal buritis - ro.pdf**
24K

-  **anexo 15 - certidão fazenda municipal monte negro - ro.pdf**
608K
-  **anexo 19 - certidao fazenda municipal cacaulandia- ro.pdf**
26K
-  **anexo 17 - certidao fazenda municipal alto paraíso - ro.pdf**
29K
-  **anexo 18 - certidao fazenda municipal ariquemes - ro.pdf**
14K
-  **anexo 06 - contrato social e alterações multi service.pdf**
7858K
-  **CONTRARRAZÃO-KAPITAL SERVICOS.pdf**
230K



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES (SML)
ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA (ATESP)

DESPACHO

Processo: 00600-00011534/2023-98-e

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA HOSPITALAR, LABORATORIAL E AMBULATORIAL (LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES E MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS DO TIPO A, D E E), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, QUALIFICADA, HABILITADA, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS, UTENSÍLIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA ATENDER AS UNIDADES ASSISTENCIAIS E DEMAIS DEPENDÊNCIAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA;
Pregão Eletrônico: 188/2023/SML/PVH

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

O processo acima identificado veio a esta Assessoria Técnica Especializada - ATESP, tendo em vista os recursos impetrados pela empresa MULTI SERVICE TERCEIRIZACAO LTDA face à decisão de sua inabilitação técnica e ARAUNA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA face à aceitação e habilitação da empresa KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS no Pregão Eletrônico n.188/2023/SML.

1 - DO RECURSO

MULTI SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA

Em sua peça recursal, vejamos os apontamentos que merecem atenção da equipe técnica contábil, segue:

II.I DA CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA:

A RECORRENTE, COMPROVADAMENTE, ATENDEU AOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO EDITAL, DEMONSTRANDO A EXECUÇÃO SUPERIOR AO QUANTITATIVO EXIGIDO.

PORTANTO, É NECESSÁRIO CORRIGIR A INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA, A FIM DE RECONHECER QUE A RECORRENTE ATENDEU AOS REQUISITOS DO EDITAL, GARANTINDO A JUSTIÇA E IMPARCIALIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO.

II.II EXECUÇÃO DO OBJETO SUPERIOR AO QUANTITATIVO EXIGIDO EM EDITAL:

A ANÁLISE EFETUADA PELA PREGOEIRA, NO PERÍODO DE MAIO DE 2023 A OUTUBRO DE 2023, EVIDENCIA DE FORMA INCONTESTE QUE A RECORRENTE NÃO APENAS ATENDEU AO QUANTITATIVO EXIGIDO EM EDITAL, MAS SUPEROU AS EXPECTATIVAS, CONFORME REGISTRADO NA DECISÃO. ESSE FATO, ALINHADO COM AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017, E COM RESPALDO NO RECENTE ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO 2076/2023-PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU), CONFIGURA-SE COMO UM FATOR INDUBITAVELMENTE POSITIVO PARA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DESTA EMPRESA LICITANTE.

ARAUNA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Em sua peça recursal, vejamos os apontamentos que merecem atenção da equipe técnica contábil, segue:

Ocorre que a composição de custos aceita apresenta 0,15% para custos administrativos e 0,15% para lucro, ou seja, margem total de 0,30% que em Reais e significa pouco mais de R\$ 13,00 por colaborador, o que torna a proposta a inexequível, pois a carga tributária imposta é DEZENAS de vezes superior a margem de lucro obtida em planilha, pois na composição de custos a o destaque de 3% para a COFINS e 0,65% para o PIS, porém a outros tributos obrigatórios que ocorrem SOBRE O FATURAMENTO e não a margem no lucro e custo adm para a empresa absorver a carga tributária.

O REGIME TRIBUTÁRIO escolhido pela empresa habilitada impõe tributação do IRPJ/CSLL sobre o valor bruto faturado, logo empresas optantes por este regime de tributação devem reservar necessariamente percentual do lucro destinado ao pagamento dos tributos de IRPJ/CSLL que devem suportar.

4 DOS INSUMOS TOTALMENTE INEXEQUÍVEIS

A empresa ora vencedora cotou praticamente todos os itens dos insumos com valores irrisórios e insignificantes, entre eles estão os uniformes, equipamentos e produtos de uso na execução dos serviços de limpeza.

- a) Receba e acolha as Razões do Recurso Administrativo, para revisar e declarar a proposta inexequível KAPITAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 84.555.564/0001-80 e por sequência desclassificá-la ao certame para o Lote 1.*
- b) Requer ainda que, caso não seja reconsiderada a decisão ora recorrida, sejam enviadas as presentes razões, à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do art. 109 da Lei Federal N.º 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º do art. 113 da supracitada Lei.*

2 - DA CONTRARRAZÃO

Em detrimento dos recursos, e a abertura do prazo de contrarrazão, a empresa KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, em face da oportunidade de defesa, apresentou os seguintes pontos a serem considerados:

Em resposta a empresa ARAUNA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.

Os valores relativos à (Uniformes, Epi's, Equipamentos, Insumos e quaisquer outros materiais de propriedade da empresa) são relativos ao resultado da experiência, planejamento, estratégias e expertise que a empresa possui na execução de objetos similares (Limpeza Hospitalar) com a administração pública, além de adquirir materiais e insumos em grandes quantidades, com valores economicamente mais viáveis.

Inclusive os custos foram redistribuídos, tendo em vista que a empresa já possui equipamentos, utensílios nas unidades de saúde do objeto contratual.

Neste sentido, a proteção às informações, dados e segredos utilizáveis na indústria, comércio e prestação de serviços, encontra-se protegida nos incisos XI e XII do Art. 195 da lei 9.279/1996. Importante ressaltar que as estratégias e gestão empresarial privada são devidamente protegidas pela legislação.

Corroborando ainda com a questão, a regra é a não intervenção na formação dos preços privados ofertados à Administração. Segundo o princípio da livre iniciativa, plasmado no art. 1º, inciso IV, da Constituição Federal como fundamento da República, e reiterado no art. 170 do texto constitucional, o Estado não pode e não deve realizar interferências nas atividades econômicas privadas, só o que estiver devidamente previsto na LEI.

Corroborando com a questão a Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, através do Parecer no 117/2023/PGE-SESAU:

"Dessa feita, não cabe à Administração realizar ingerência sobre os preços dos particulares, tendo cada empresa a liberdade de cotar os valores de acordo as normas que lhes são incidentes e as possibilidades de cada qual, à vista de suas estruturas físicas e econômicas. De igual modo, o erro no preenchimento das planilhas de preço não resulta em desclassificação da Empresa licitante, desde que a planilha possa ser ajustada sem que ocorra a majoração do preço global ofertado." (Destaque e grifo nosso)

Inclusive o Tribunal de Contas da União - TCU, é bem claro sobre a inserção do IR e CSLL nas planilhas de composição de custo. No Acórdão nº 38/2018, Plenário, o Min. Rel. Aroldo Cedraz em seu voto consignou:

9. Cabe esclarecer a recorrente que: (...) v) é irregular a inclusão do IRPJ ou da CSLL nas planilhas de custo ou no BDI do orçamento base de obra. O IRPJ e a CSLL não podem ser repassados ao contratante, dada a sua natureza direta e personalística, não devendo, tais tributos, constar em item da planilha de custos ou na composição do BDI. Nesse sentido estão os Acórdãos 2.886/2013-TCU Plenário, 1.696/2013-TCU-Plenário, 325/2007-TCU-Plenário, 4.277/2009-TCU-1ª Câmara, etc. (destacamos).

Ainda sobre o TEMA, o STJ em decisão sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 1.038), a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou a tese de que os editais de licitação ou pregão não podem conter cláusula que estabeleça percentual mínimo referente à taxa de administração, sob pena de ofensa ao artigo 40, inciso X, da Lei 8.666/1993, mesmo que a previsão da taxa busque resguardar a administração pública no caso de propostas supostamente

inexequíveis.

Em resposta a empresa MULTISERVICE YERCEIRIZAÇÃO LTDA

A recorrente alega que a exigência é ILEGAL, se assim o fosse a própria LEI 14.133/2021 não teria incorporado à questão, senão vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

Em resumo, a empresa não comprovou se quer o período de um ano de execução do objeto similar ao licitado, ao contrário só apresentou no período de apenas 04 meses o percentual de 39% do exigido do edital e termo de referência.

Observa-se claramente que a empresa MULTI SERVICE, desde 06/2014 a 12/2023, só conseguiu ter um quantitativo no máximo 32 (trinta e dois) funcionários distribuídos entre postos de 40 (quarenta) horas e 12x36 horas no período de 05/2023 a 08/2023. Em síntese com relação a postos 50% da forma que consta no edital, divididos em postos de 12x36 e postos de 40 horas, a empresa em nenhum período supriu o exigido em edital. Não restam dúvidas que o exigido em edital e na norma não foi atingido pela empresa, o que não resta alternativa a administração senão a inabilitação.

Em síntese análise, observando ainda que nos autos, a empresa KAPITAL, apresentou outras dezenas de alegações divergentes das razões apresentadas pelas recorrentes, não prosperam análise, na qual essa assessoria irá analisar somente os pontos abordados nos recursos, e as repostas referente ao assunto.

Em breve relato, as empresas apresentaram recursos baseados em dois pontos, EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Em relação a inexecuibilidade da proposta no que tange as informações apresentadas pelas duas empresas, é necessário trazer a luz do julgamento em questão, o que versa o edital e as instruções normativas vigentes, a respeito dos pontos abordados pelas empresas licitantes, vejamos:

EDITAL

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

(...)

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances,

serão de **exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

(...)

11.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

11.3.1. **Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93.**

11.3.2. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou **unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero**, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, **exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.**

DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2017

7. Da aceitabilidade da proposta vencedora:

(...)

7.6. A análise da executabilidade da proposta de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final;

7.7. O modelo de planilha de custos e formação de preços previsto no Anexo VII-D desta Instrução Normativa deverá ser adaptado às especificidades do serviço e às necessidades do órgão ou entidade contratante, de modo a permitir a identificação de todos os custos envolvidos na execução do serviço, e constituirá anexo do ato convocatório a ser preenchido pelos proponentes;

7.8. Quando a modalidade de licitação for pregão, realizado na forma eletrônica, a planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada no momento da aceitação do lance vencedor;

7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

(...)

7.11. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer **ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à executabilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.**

(...)

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos

eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei no 8.666, de 1993.

§ 1º O disposto no caput deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte.

§ 2º Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei no 8.666, de 1993.

Com as informações supramencionadas, fica claro que a licitante vencedora, independente do valor apresentado para insumos, e alguns benefícios de responsabilidade própria GERCIAL, a exemplo do uniforme, material de limpeza, equipamentos, dentre outros, possuem segurança legal baseada no Art. 63 da Instrução Normativa 5/2017, em especial pelo §1 que o equívoco no dimensionamento poderá ser para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

Em conformidade com item 11.3.2 do edital, a administração pública não poderá exercer questionamento sobre material próprio da contratada, portanto os uniformes e insumos, de posse das mesmas, deverá cada empresa apresentar o que achar necessário para restituir junto a administração pública parte ou a integralidade do valor de aquisição.

O que compete a administração pública é o fiel cumprimento das obrigações, portanto, se o valor está abaixo do mercado, saberá a empresa participante que a mesma arcará com eventuais inequívocos da sua proposta, devendo entregar exatamente como balizado no instrumento convocatório.

No que compete a tributação apresentada pela empresa Araúna em suas alegações, destaca-se que a instrução normativa veda a inserção de tributos diferentes do exposto nos moldes da planilha de custo e formação de preço, portanto, não carece exigir e gerenciar tais custos por parte da administração pública, visto que tais fundamentos já foram abatidas conforme a Súmula TCU nº 254/2010.

Os tributos são definidos por lei e decorrem da atividade de prestação de serviços e, somente alguns, os quais veremos a seguir, podem ser repassados ao contratante. É vedada a inclusão na planilha orçamentária, de tributos diretos (tais como Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), porquanto estreitamente vinculados ao resultado final líquido da empresa, ***não guardando relação específica com a contratação. Por essa razão não se admite a cotação de tributos como o IRPJ e a CSLL, seja em itens distintos, seja como custos integrantes dos custos indiretos/BDI, conforme a Súmula TCU nº 254/2010.***

Súmula nº 254 - TCU

O IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado.

Devem ser cotados os tributos federais, estaduais e municipais, incidentes sobre o faturamento pela prestação dos serviços. Logo, a base de cálculo dos tributos mencionados é o custo total do serviço,

por empregado (mão de obra, insumos, custos indiretos, lucro e demais tributos).

Como o próprio tributo integra a base de cálculo, faz-se o cálculo “por dentro”, definindo-se um fator representativo da inclusão das alíquotas dos tributos sobre o preço dos serviços.

Os tributos incidentes sobre o faturamento dos serviços terceirizados, e, portanto, considerado custos do contrato, são os federais (Programa de Integração Social – PIS; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB) e o imposto municipal ISSQN (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza).

Não pode a administração pública vincular o valor a ser pago de IRPJ e CSLL unicamente vinculado ao futuro contrato a ser realizado entre o município e a empresa, tendo em vista que tais impostos são vinculados ao FATURAMENTO TOTAL da empresa, portanto, todos os contratos, podendo assim, todos os demais contratos suportarem o valor do IRPJ e CSLL vinculado a este contrato.

Ademais, poderia a empresa até a fase recursal inclusive, mudar a opção tributária da sua empresa, extinguindo qualquer necessidade de apuração presumida, caso opte até dia 31 de janeiro de 2024, a opção pelo lucro real. Portanto, toda e qualquer apuração por parte da administração pública em nada afetaria a decisão unicamente GERENCIAL da empresa arrematante.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA MULTISERVICE

No que compete a qualificação técnica, vejamos o que frisa o edital no item 12.9:

12.9. Relativos à Qualificação Técnica e documentos necessários

12.9.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da empresa, **referindo-se a serviços de LIMPEZA HOSPITALAR** prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente, que comprovem a aptidão para execução dos serviços, e ainda:

12.9.1.1. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

12.9.1.2. Na contratação de serviços continuado, **conforme IN 05/2017, para efeito de qualificação técnico-operacional, a administração poderá exigir do licitante:**

a) Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de **experiência mínima de três anos na execução do objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito somatório de atestados.**

b) É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins de comprovação de que trata a alínea “a” acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

c) Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a

40(quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

12.9.1.3. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatível com o objeto por período não inferior a três anos.

12.9.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

Observa-se que o edital é claro no que reflete a obrigatoriedade referente aos atestados de capacidade técnica, seguindo as seguintes nuances:

A) Item 12.9.1 - Atestado referente a LIMPEZA HOSPITALAR;

B) Item 12.9.1.2.A - 3 anos de atestado, permitindo o somatório e períodos não contínuos;

C) Item 12.9.1.2.C - Que o atestado tenha 50% do quantitativo de postos a serem contratados, permitindo o somatório conforme item 12.9.1.3 por período não inferior a três anos.

Pois bem, foi solicitado e diligenciado junto a empresa, a comprovação dos atestados no que tange o quantitativo de postos, visto que a empresa NÃO APRESENTOU no somatório de todos os atestados, 3 anos de atestado com o QUANTITATIVO mínimo exigido.

Destaca-se que o parecer é claro que a mesma só atendeu as cláusulas do edital por 6 meses, no período de maio de 2023 a outubro de 2023.

O fato de atender somente seis meses, não lhe confere aptidão necessária, visto que o mínimo era atender o quantitativo exigido por três anos. Sendo assim, não compete a aceitação dos itens 12.9.1.2.C do edital.

Ainda no que confere a distribuição dos postos por metragem quadrada, a licitante recorrente informa que no edital constavam áreas comuns, todavia, reitero que o conceito de área comum é relativo ao LOCAL DE EXECUÇÃO, que por mais que seja área externa, ou área interna, ainda assim é ÁREA HOSPITALAR, o que diferencia é unicamente e exclusivamente o grau de RISCO.

DA CONCLUSÃO:

Em análise a documentação apresentada pelas empresas supracitadas referente ao Pregão Eletrônico nº 188/2023, verificamos que as exigências pré-estabelecidas conforme vinculação do instrumento convocatório, mantenho a decisão acerca das análises dos documentos anexos aos autos, mantendo a HABILITAÇÃO da empresa KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, bem como a INABILITAÇÃO da empresa MULTISERVICE TERCEIRIZAÇÕES LTDA, ficando a critério da equipe do pregão a aceitabilidade e reinserção de documentos para futura reanálise.

É o parecer.

Porto Velho, 19 de Fevereiro de 2024.

Alexandre Trappel Rodrigues Gomes
Contador - CRC: RO -009629/O-6

Avenida Carlos Gomes, n.º 2776, Bairro São Cristóvão . CEP 76.804-022 . Porto Velho - RO
Telefone: (69) 3901-3069 . E-mail: sml.semad@portovelho.ro.gov.br . <http://sml.portovelho.ro.gov.br/>



Assinado por **Alexandre Trappel Rodrigues Gomes** - ASSESSOR TÉCNICO CONTÁBIL - Em: 19/02/2024, 12:41:38



Assinado por **Luciete Pimenta Da Silva** - AGENTE DE CONTRATAÇÃO - Em: 23/02/2024, 16:47:19